

Trabalho: Extensão Universitária e Desjudicialização: O papel do CADEPE na Construção de uma Cultura Consensual**Nome:** Alana Vieira Pena Gonçalves**Grupo de trabalho:** Direitos Humanos

Introdução: O cenário jurídico brasileiro é marcado por elevados índices de judicialização, o que gera sobrecarga do Poder Judiciário e impactos diretos na atividade econômica, especialmente no âmbito das pequenas empresas. Litígios prolongados representam custos financeiros, desgaste relacional e insegurança jurídica para empreendedores que, muitas vezes, não dispõem de estrutura técnica para gestão preventiva de conflitos. Nesse contexto, a desjudicialização e os métodos adequados de solução de controvérsias assumem papel estratégico na promoção de soluções mais céleres, econômicas e eficazes. A extensão universitária, enquanto instrumento de aproximação entre universidade e comunidade, revela-se relevante na disseminação de uma cultura consensual e preventiva. Nesse sentido, o projeto CADEPE, Caminho para Desjudicialização de Pequenas Empresas, atua diretamente na promoção da desjudicialização e na construção de uma cultura voltada ao diálogo no ambiente das pequenas empresas, garantindo o acesso à justiça de maneira equitativa.

Métodos: A atuação do CADEPE foi desenvolvida por meio da elaboração e difusão de conteúdo jurídico informativo direcionado a pequenos empreendedores, com linguagem clara e acessível. O material produzido abordou conceitos fundamentais relacionados aos métodos adequados de resolução de conflitos, incluindo mediação e conciliação, funcionamento dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos, principais fontes de conflitos empresariais e benefícios da adoção de práticas preventivas. A metodologia priorizou abordagem didática e enfoque preventivo, buscando ampliar o acesso à informação jurídica e estimular reflexão acerca da gestão estratégica de conflitos.

Resultados: A ação extensionista realizada durante o 46º Workshop para Empreendedores promovido na Universidade de Uberaba contou com a participação de aproximadamente seiscentos membros da comunidade. A iniciativa possibilitou a ampliação do conhecimento dos participantes sobre alternativas consensuais de resolução de conflitos, evidenciando interesse significativo por práticas voltadas à prevenção de litígios. Observou-se fortalecimento do vínculo entre universidade e comunidade empreendedora, bem como a valorização do diálogo como ferramenta estratégica para a sustentabilidade empresarial. Assim, a atividade apresentou impacto informacional relevante, com potencial de influenciar decisões futuras no âmbito empresarial.

Conclusão: A experiência do CADEPE demonstra que a extensão universitária pode atuar como instrumento eficaz na construção de uma cultura consensual e na promoção da desjudicialização. Ao difundir conhecimento jurídico de forma acessível e preventiva, o projeto contribui para o fortalecimento da autonomia das pequenas empresas e para a redução potencial de litígios. Assim, a universidade reafirma sua função social ao transformar conhecimento acadêmico em ferramenta de impacto comunitário e contribuir diretamente nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Curso: Direito**Demais autores:** Silva, Maura Helena Caldeira; Céspedes, Katia Elisabet Washington**Orientadores:** Jussara Melo Pedrosa**Instituição:** UNIUBE - Universidade de Uberaba**Subtema:** Direitos Humanos**Palavras-chave:** Extensão Universitária; desjudicialização; cultura consensual

Trabalho: Práticas Restaurativas e Saúde Única: Construindo Cultura de Paz em Escolas Públicas a partir da Extensão Universitária

Nome: José Alessandro Amaral Paiva

Grupo de trabalho: Direitos Humanos

Introdução: O projeto de extensão Direitos Humanos na Prática (DH na Prática), vinculado à UFRSA, atua desde 2014 na promoção de direitos de crianças e adolescentes. Com financiamento para fomentar a extensão na pós-graduação, por meio do Programa de Extensão da Educação Superior na Pós-Graduação (PROEXT-PG - CAPES/SESu nº 1), o DH na Prática tem integrado a proposta "A Saúde Única voltada ao Desenvolvimento Sustentável no Semiárido", que busca romper com a dissociação entre saúde humana, animal e ambiental, reconhecendo sua interconexão intrínseca. Implementar práticas restaurativas e a Comunicação Não Violenta em escolas públicas para promover cultura de paz, formação cidadã e sensibilização sobre questões socioemocionais atreladas à saúde única, conectando o bem-estar humano e a preservação do ambiente escolar e ecossistêmico.

Métodos: Foram realizados 50 círculos de diálogo em 22 instituições de ensino de Mossoró-RN ao longo de 2024 e 2025. A metodologia baseou-se em processos circulares com o uso de bastão de fala, dinâmicas e perguntas norteadoras. Uma estratégia central foi a conexão entre os "RS" ambientais (repensar, recusar, reduzir, reutilizar e reciclar) e os "RS" da Justiça Restaurativa (reparar, responsabilizar e reintegrar), permitindo que os alunos refletissem sobre o impacto de suas ações na comunidade e no ecossistema.

Resultados: As ações alcançaram 541 estudantes (abrangendo desde o 5º ano do ensino fundamental até o 3º ano do ensino médio), 18 professores, 1 diretora e 8 pais ou responsáveis. Os temas evoluíram de foco inicial em sustentabilidade e saúde mental (2024) para incluir bullying, ansiedade, perspectivas de futuro, violência de gênero e o papel da família no desempenho escolar (2025). Inicialmente, observou-se timidez e resistência dos alunos, que foram superadas pelo tempo, horizontalidade do diálogo e metodologia circular, resultando em relatos abertos sobre emoções quando, por exemplo, utilizando referências lúdicas e mais próximas de suas próprias referências, como o filme "Divertidamente 2", e responsabilidade socioambiental. A participação de alunos do ensino fundamental e médio, juntamente com professores, tem o potencial de promover melhorias na convivência escolar e na empatia coletiva. Os resultados indicam que a identificação de sentimentos é um fator determinante na idade escolar para o desenvolvimento de relações saudáveis com o próximo e com o meio ambiente, pensando a articulação dos "RS" trabalhados.

Conclusão: As práticas restaurativas circulares demonstraram a capacidade de promover interações voltadas à prevenção e tratamento de conflitos de forma pacífica, fortalecendo a noção de saúde única no ambiente escolar. O projeto contribuiu para a formação de cidadãos mais conscientes de suas responsabilidades coletivas para com o ecossistema escolar e também ambiental, preparando-os para uma convivência harmoniosa e sustentável.

Curso: Direito

Demais autores: Filho, Erik Dênio Gomes de Oliveira;Pinto, Lorrany Fernandes;

Orientadores: Ramon Rebouças Nolasco de Oliveira

Instituição: Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Subtema: Direitos Humanos

Palavras-chave: Direitos Humanos;Justiça Restaurativa;Comunicação Não Violenta

Orgão Financiador: CAPES

Trabalho: DIREITOS HUMANOS E A VIOLÊNCIA FAMILIAR: UM PERSPECTIVA SOBRE A TRATAMENTO ÀS PESSOAS DA MELHOR IDADE**Nome:** Julia Angel De Faria Borges**Grupo de trabalho:** Direitos Humanos

Introdução: Os Direitos Humanos e a Violência Familiar trata-se de um tema amplo, o qual foi delimitado neste projeto a pesquisa focada nas pessoas idosas, os quais são cidadãos de direitos, que atualmente encontram-se em situação de hipossuficiência, precisam de cuidados especiais, e que as famílias cumpram os seus deveres e responsabilidade perante a eles. Contudo, o que se observa na realidade é que mesmo com diversas legislações esse grupo social encontra-se submetido a diversos tipos de violência, seja ela física, mental, por abstenção de obrigação, o abandono material ou mesmo o abandono afetivo.

Métodos: Com o objetivo de aprofundar no tema, a metodologia empregada neste trabalho foi híbrida, realizando em conjunto a análise bibliográfica de leis, doutrinas e reportagens, tendo por objetivo a análise da documentação para estabelecer os direitos e deveres, como também na análise de uma amostra da sociedade, através da pesquisa de campo realizada na casa de apoio São Vicente e Santo Antônio, fundada em entrevista realizada com funcionária da Instituição.

Resultados: Acerca das disposições legais, não há o que discutir, os direitos das pessoas idosas são definidos constitucionalmente, bem como, em lei específica. Entretanto, há ausência de efetividade das normas empregadas, pois em que pese a existência destas, há falta de seu efetivo cumprimento, seja de forma ativa de órgãos públicos, pela ausência de prévia cominação legal de punições aos que cometem o descumprimento das normas ou fiscalização, com a prática de violências, seja ela através de violências físicas, abandono material e até mesmo o abandono afetivo.

Conclusão: Entendendo a dinâmica envolvida no presente projeto, houve a compreensão da temática discutida desde o ponto de vista leigo, mas pautado em legislação, já que é de inegável percepção apesar das normas pré-constituídas, ainda há uma lacuna jurídica frente a vulnerabilidades das pessoas idosas, visualizado em tal fato em pesquisas em situações vinculadas ao caso, na qual se percebeu a falta de fiscalização e de punição às práticas de atos que atentam contra a dignidade da pessoa idosa, assim produzindo um pensamento crítico que levou ao desenvolvimento do projeto sobre a temática.

Curso: Direito**Demais autores:** Dias, Cristiele Fonseca; Ferreira, Luís Eduardo Borges**Orientadores:** Ana Lucia de Aguiar**Instituição:** UNIUBE Uberlândia**Subtema:** Direitos Humanos**Palavras-chave:** Pessoa idosa; violência; efetividade

Trabalho: DireitoAção: A proteção jurídica dos alimentos**Nome:** Laura Santos Diniz Ferreira Gomes**Grupo de trabalho:** Direitos Humanos

Introdução: O DireitoAção surgiu com a necessidade de estreitar as relações entre o Direito e a comunidade, promovendo a disseminação de informações jurídicas relevantes e essenciais ao cotidiano dos cidadãos, por meio de Workshop para Empreendedores e demais ações extensionistas. Semestralmente, é abordado um tema de interesse social, sendo o atual dedicado à Pensão Alimentícia. Trata-se de um instituto fundamental do Direito de Família que assegurar subsistência e dignidade daqueles que não possuem condições de prover o próprio sustento. A pensão alimentícia não se limita apenas à alimentação, abrangendo também despesas com moradia, saúde, educação e lazer, com base no binômio necessidade e possibilidade. Apesar da importância, ainda há indivíduos que enfrentam dúvidas e dificuldades quanto à fixação, cobrança e cumprimento dessa obrigação. Nesse contexto, o DireitoAção, por meio da propagação do conhecimento jurídico, conscientiza a população sobre seus direitos e deveres relacionados aos alimentos, ofertando informação acessível e contribuindo para a efetividade das garantias legais.

Métodos: O projeto é desenvolvido com a organização dos alunos em grupos responsáveis por pesquisa e apresentação do tema. O método adotado prioriza a análise de situações práticas, aliada ao estudo de dados e à pesquisa exploratória e quali-quantitativa, com melhor compreensão do Direito no cotidiano. Para a construção do conteúdo, foram utilizados livros, artigos, jurisprudências e outros materiais acadêmicos que compõem a base teórica adequada. A escolha do tema ocorre a partir da identificação de questões relevantes à comunidade, aproximando o conhecimento jurídico da realidade social por meio de ações dos alunos.

Resultados: Os resultados demonstram impacto acadêmico e social significativo, com a participação de aproximadamente 120 alunos na organização e execução das atividades, promovendo enriquecimento profissional, fortalecimento da consciência social e desenvolvimento do trabalho em equipe. O Workshop contou com cerca de 300 participantes presenciais e alcançou 2.707 contatos por meio do Instagram, ampliando o acesso às informações jurídicas e consolidando a relevância social do projeto.

Conclusão: De mais a mais, a pensão alimentícia representa um instrumento essencial de concretização do princípio da dignidade da pessoa humana e da solidariedade familiar, assegurando condições mínimas de subsistência àqueles que necessitam. Ao abordar o tema, o projeto reafirma o compromisso com a promoção do acesso à informação jurídica clara, acessível e relevante. Por meio da extensão universitária, o projeto fortalece o vínculo entre universidade e comunidade, contribuindo e conscientizando acerca de direitos e deveres referentes aos alimentos, prevenindo conflitos e incentivando soluções mais equilibradas. Cumpre-se o objetivo de transformar conhecimento jurídico em instrumento de cidadania, promovendo impacto social positivo e formação acadêmica comprometida com a realidade e as necessidades da população.

Curso: Direito**Demais autores:** Silva, Maura Helena Caldeira**Orientadores:** Jussara Melo Pedrosa**Instituição:** Universidade de Uberaba**Subtema:** Direitos Humanos**Palavras-chave:** Alimentos; Mínimo existencial; Necessidade-possibilidade

Trabalho: Um relato de experiência do Projeto DireitoAção: a comunidade acadêmica em prol do conhecimento e conscientização dos cidadãos**Nome:** Letícia Cassemiro Bernardo Moreira**Grupo de trabalho:** Direitos Humanos

Introdução: Atuar em um projeto extensionista sob a percepção voluntária é uma prática acadêmica de florescimento profissional dos alunos graduandos, sendo uma oportunidade crucial de contato e vivência na área de formação. O compromisso que será relatado neste trabalho é a minha experiência como voluntária no projeto de extensão "DireitoAção", que possui o objetivo de abordar temas multifacetados que sejam de interesse dos cidadãos, presentes em seus cotidianos, alinhados com o intuito de tratar a respeito de direitos e garantias jurídicas através do Workshop Para Empreendedores da Universidade de Uberaba. O alcance pretendido pelo projeto será concretizado na comunicação direta com a comunidade, proporcionada pela etapa final, com a montagem do Workshop e a participação diligente dos discentes em atender e promover o assunto de uma maneira acessível para todos. Com isso, este projeto pôde me proporcionar a compreensão da importância em prol do valor de propagar e partilhar o conhecimento, o que se prova extremamente necessário pelo mérito de conscientizar os cidadãos de seus direitos.

Métodos: O projeto é organizado por etapas com grupos predeterminados de alunos para a realização de pesquisas e divisão de atividades. No semestre passado, o tema escolhido foi "Pensão Alimentícia", nesta esteira, através do desdobramento do assunto, foi possível explorar o conteúdo para a estruturação de textos informativos. Com isso, foi criado um material para apresentar à comunidade, em formato de cartilhas para distribuição e banner para identificação do stand no Workshop. Por último, para concretizar todo o trabalho realizado de informatização do tema, os alunos irão montar um stand com a temática do semestre e promover a comunicação direta com os cidadãos sobre o assunto, impulsionando o contato do coletivo com a comunidade acadêmica de direito e as pautas da esfera jurídica.

Resultados: A realização do Workshop proporcionou o atendimento de aproximadamente 300 pessoas, onde, durante o turno em que atuei, a soma maioria do público que abordei era feminino. Inclusive tive a enseada oportunidade de atender a uma gestante e, dentro desse escopo, a minha contribuição consistiu em informar e definir a concepção dos alimentos gravídicos, o qual compõe um dos assuntos debatidos na cartilha que foi entregue a todos os ouvintes. O formato do atendimento dos discentes abordou o objetivo do projeto DireitoAção, o tema e a explicação da vertente que estava sob sua égide de pesquisa.

Conclusão: A experiência de integrar o projeto de extensão DireitoAção me proporcionou a compreensão da importância da comunicação e o fortalecimento da interatividade direta com as pessoas. A ciência do Direito nos provoca a estar sempre em harmonia com o outro, aquele a quem atenderemos, para assessorar, guiar e auxiliar com dedicação. Por isso, a relevância de compor uma comunidade com esse viés está voltada para partilhar o conhecimento e aproximar os cidadãos de seus direitos.

Curso: Direito**Demais autores:** Silva, Maura Helena Caldeira**Orientadores:** Jussara Melo Pedrosa**Instituição:** Universidade de Uberaba**Subtema:** Direitos Humanos**Palavras-chave:** Comunicação; direitos; extensão voluntária

Trabalho: PROJETO FELICIDADE E BEM-ESTAR: SÍNTESE DOS RESULTADOS PARA O ANO DE 2025**Nome:** Lúcia Helena Borges de Oliveira**Grupo de trabalho:** Direitos Humanos

Introdução: O Projeto Felicidade e Bem-Estar integra o conjunto de ações extensionistas vinculadas ao Programa de Extensão Cidadania Ativa, na linha de extensão Direitos Humanos, sendo seu principal objetivo favorecer processos formativos que articulem reflexão teórica, escuta sensível e experiência social concreta a partir do contato dos estudantes com narrativas de vida de voluntários atuantes em iniciativas sociais, seguido da elaboração de textos autobiográficos que convidam à reflexão sobre a própria trajetória.

Métodos: O projeto encontra-se organizado em quatro fases: (1) realização da entrevista com voluntários do campo social; (2) transcrição da entrevista; (3) escrita de três cartas (ao entrevistado, ao *jeu* do passado e ao *jeu* do futuro); e (4) elaboração do Relatório Final de Extensão. Os alunos da modalidade EAD participaram de oficinas síncronas e receberam acompanhamento contínuo por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Ao término, foi aplicado um questionário de percepção composto por questões objetivas, organizadas em escala de valor de 1 a 5, e questões discursivas voltadas à identificação dos sentidos atribuídos pelos alunos à atividade.

Resultados: Em 2025, o questionário foi respondido por 822 estudantes dos cursos de graduação EAD. As respostas às questões objetivas indicam predominância de avaliações situadas nos níveis superiores da escala, revelando percepção amplamente positiva da experiência extensionista. Os estudantes destacaram o impacto da entrevista na compreensão do significado do voluntariado e no reconhecimento do valor social da escuta. A atividade de transcrição foi frequentemente associada ao desenvolvimento da atenção e da capacidade interpretativa. Já a escrita das cartas autobiográficas foi apontada como um momento privilegiado de reflexão sobre a própria trajetória, permitindo revisitar experiências passadas e projetar expectativas futuras. A análise das respostas discursivas, conduzida a partir da metodologia de análise de conteúdo, evidenciou três eixos recorrentes: o aprofundamento do autoconhecimento, a valorização da empatia e da escuta do outro e a aproximação entre conceitos teóricos discutidos na disciplina e experiências concretas de engajamento social.

Conclusão: Os resultados obtidos em 2025 confirmam o potencial formativo da proposta extensionista ao promover experiências que articulam reflexão acadêmica, narrativa de vida e compromisso social. A interação com voluntários do campo social e a escrita autobiográfica favoreceram processos de reflexão que ultrapassam a dimensão cognitiva da aprendizagem, alcançando aspectos ligados à formação ética e cidadã dos estudantes. A experiência evidencia que práticas pedagógicas ancoradas na escuta, na memória e na reflexão sobre a própria trajetória podem contribuir de maneira significativa para o fortalecimento do autoconhecimento, da empatia e da consciência social no contexto da formação universitária.

Curso: Graduação EAD**Demais autores:** de Almeida, Francis Silva**Orientadores:****Instituição:** Uniube**Subtema:** Direitos Humanos**Palavras-chave:** extensão universitária; História Oral Temática; escrita autobiográfica

Trabalho: Olhares Humanos: Compreendendo e Acolhendo Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social**Nome:** Luiza Romeu Gomes de Oliveira**Grupo de trabalho:** Direitos Humanos

Introdução: A vulnerabilidade social constitui um fenômeno multifatorial relacionado à exclusão econômica, fragilidade de vínculos sociais e dificuldades de acesso a direitos básicos, como moradia, alimentação e cuidados em saúde. Nesse contexto, iniciativas comunitárias e extensionistas exercem papel relevante ao promover ações de acolhimento, dignidade e inclusão. O presente trabalho tem como objetivo relatar a experiência do projeto de extensão universitária "STREET STORE Amigos do Igor Lombardi Penhalver", voltado à implantação dos pressupostos do projeto The Street Store como prática de humanização e cuidado para pessoas em situação de vulnerabilidade.

Métodos: O projeto teve como metas conscientizar acadêmicos da área da saúde da Universidade de Uberaba sobre a importância da humanização; estimular práticas interdisciplinares entre docentes e discentes; desenvolver pesquisas relacionadas à temática; captar voluntários para participação nas ações e promover eventos científicos voltados à divulgação dos resultados alcançados. A Street Store propõe uma abordagem diferenciada das formas tradicionais de doação. Em vez de apenas receberem roupas previamente separadas, os participantes têm a oportunidade de escolher peças conforme preferências, tamanhos e necessidades, favorecendo o resgate da autonomia, individualidade e dignidade. O espaço é organizado pelos voluntários de maneira semelhante a uma loja, permitindo livre escolha das vestimentas. Além das roupas, a ação contempla distribuição de alimentos, como pipoca, cachorro-quente, suco e água. Também são oferecidos kits de higiene pessoal contendo sabonete, pasta e escova de dente, shampoo, condicionador, papel higiênico e absorventes, itens frequentemente inacessíveis para essa população. Outro aspecto central da atividade é o acolhimento humanizado. Durante a realização da Street Store, os voluntários permanecem disponíveis para escuta ativa e diálogo com os participantes, possibilitando momentos de conversa, apoio emocional e troca de experiências. Essa interação fortalece o vínculo entre universidade e comunidade, além de ampliar a compreensão dos estudantes sobre desigualdades sociais e desafios enfrentados pelas populações vulneráveis.

Resultados: A experiência extensionista evidencia que iniciativas baseadas na empatia, respeito e valorização da autonomia promovem impactos positivos tanto para os participantes quanto para os acadêmicos envolvidos. Para as pessoas atendidas, a ação representa cuidado, acolhimento e reconhecimento da dignidade. Para os estudantes, constitui oportunidade de desenvolvimento de sensibilidade social, responsabilidade cidadã e formação humanística.

Conclusão: Conclui-se que projetos de extensão como a Street Store reforçam o papel social da universidade ao promover práticas solidárias, inclusivas e humanizadas.

Curso: Medicina**Demais autores:** Araujo, Ana Clara Castilho**Orientadores:** Valeska Guimarães Rezende da Cunha**Instituição:** Universidade de Uberaba**Subtema:** Direitos Humanos**Palavras-chave:** Vulnerabilidade social; Extensão universitária; Acolhimento humanizado; Inclusão social; Street Store; Dignidade humana**Orgão Financiador:** ICBEU